

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2019

Apensado: PL nº 4.038/2019

Altera o art. 8º e acrescenta e altera incisos ao art. 6º da Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

**Autor:** Deputado GIOVANI CHERINI

**Relatora:** Deputada ROGÉRIA SANTOS

### I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, que figura como principal – **PL nº 2.304/2019**, de autoria do nobre Deputado Giovani Cherini, visa alterar a lei que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética. A proposição apensada - **PL nº 4.038/2019** -, de lavra do nobre Deputado Júlio Cesar Ribeiro, tem por escopo dispor sobre a responsabilidade técnica das clínicas de estética.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas às proposições.

É o **Relatório**.



## II - VOTO DA RELATORA

Cabe-nos analisar as presentes proposições estritamente sob o prisma educacional. Eventuais questões que envolvam o mercado, possibilidade de que outros profissionais exerçam as atividades ou reserva de mercado desse segmento ocupacional serão oportunamente avaliadas e aprofundadas pela Douta Comissão de Trabalho (CTRAB).

O PL nº 2.304/2019 propõe alterar o 6º da Lei nº 13.643/2018, para prever que a coordenação dos cursos técnicos e superiores em Estética e Cosmetologia passa a ser competência exclusiva do profissional graduado nessas áreas. Pretende, ainda, que a aquisição de substâncias e a indicação de procedimentos seja competência do profissional Esteticista e Cosmetólogo. Finalmente, preconiza que o esteticista e Cosmetólogo é reconhecido como profissional da saúde estética, devendo cumprir e fazer cumprir as normas relativas à biossegurança e à legislação sanitária, considerando-se, impreterivelmente, que o exercício deste ato deverá estar fundamentado em conhecimentos e habilidades científicas, que abranjam boas práticas de prescrição, semiologia e farmacologia.

O PL nº 4.038/2019 dispõe que as clínicas de estética ficam obrigadas a disponibilizar, durante todo o seu período de funcionamento, a presença de um Esteticista ou Cosmetólogo responsável técnico pelo estabelecimento.

Identificamos apenas um dispositivo cujo mérito pode ser considerado educacional: a proposta, inserida no PL 2.304/2019, de alterar o inciso II do art. 6º da Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018, que passaria a vigorar com a seguinte redação (com o acréscimo da parte em negrito à atual redação):

“II - a direção, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos com concentração em Estética ou Cosmetologia, desde que observadas as leis e as normas regulamentadoras da atividade docente, sendo de competência exclusiva do profissional graduado



em Estética e Cosmetologia a coordenação dos cursos técnicos e superiores em Estética e Cosmetologia;”

A proposta apenas prevê que “As clínicas de estética ficam obrigadas a disponibilizar, durante todo o seu período de funcionamento, a presença de um Esteticista ou Cosmetólogo responsável técnico pelo estabelecimento.” A questão não se refere a mérito educacional.

Em relação à discussão, sob o ângulo educacional, o Conselho Nacional de Educação elaborou, em resposta à consulta que “Solicita esclarecimento quanto à área profissional na qual se enquadra a Educação Profissional Técnica de nível médio em Estética”, o PARECER CNE/CEB Nº 2/2006. Nessa peça discutida pelo colegiado máximo na área de políticas educacionais, nos inspiramos para apresentar nossa proposta.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 2.304/2019 e PL nº 4.038/2019, na forma do anexo substitutivo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora

2023-9081



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2019  
(E APENSO: PL Nº 4.038, DE 2019)**

Altera o inciso II do art. 6º e acrescenta o art. 8º- A à Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art.º 6º da Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....  
.....

II - a direção, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos com concentração em Estética ou Cosmetologia, desde que observadas às leis e as normas regulamentadoras da atividade docente, sendo a coordenação dos cursos técnicos e superiores em Estética e Cosmetologia de competência do profissional graduado em:

- a) Estética e Cosmetologia;
- b) Farmácia, dermatologia, fisioterapia ou cirurgia plástica, com habilitação em Estética e Cosmetologia ou especialização em dermato-funcional.  
.....(NR)

Art. 2º A Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 8º-A:

“Art. 8º-A. As clínicas de estética ficam obrigadas a disponibilizar, durante todo o seu período de funcionamento, a presença de um responsável técnico pelo estabelecimento.” (NR)



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora

2023-9081

